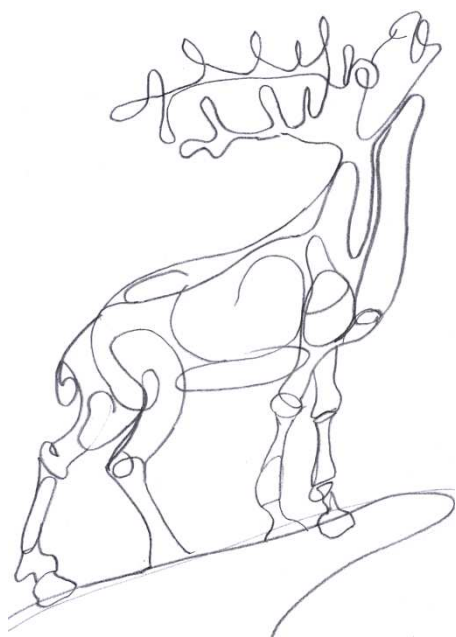




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONTRATAÇÃO PÚBLICA



Caderno de Encargos


AJUSTE DIRECTO

Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira



Índice

Cláusula 1.ª - Objecto	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª - Local de prestação dos serviços	3
Cláusula 4.ª - Caracterização dos serviços a prestar	3
Cláusula 5.ª - Prazo.....	4
Cláusula 6.ª - Obrigações principais do prestador de serviços.....	4
Cláusula 7.ª - Objecto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 8.ª - Prazo do dever de sigilo	5
Cláusula 11.ª - Penalidades contratuais	6
Cláusula 12.ª - Força Maior	6
Cláusula 13.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante	7
Cláusula 14.ª - Resolução por parte do prestador de serviços.....	7
Cláusula 15.ª - Caução	8
Cláusula 16.ª - Seguros.....	8
Cláusula 17.ª - Foro competente.....	8
Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações	8
Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos	8
Cláusula 20.ª - Legislação aplicável	9
ANEXO A	10

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRECTO – Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira	

Cláusula 1.ª

Objeto

O Presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira**, nos termos do Código dos Contratos Públicos (**doravante designado abreviadamente por CCP**), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª


Local de prestação dos serviços

Os serviços deverão ser prestados, sempre que solicitados, no Município de Vila Nova de Cerveira, ou em outro local previamente indicado pela entidade adjudicante, designadamente em eventos realizados fora das instalações deste, independentemente do dia em que possam ocorrer.

Cláusula 4.ª

Caracterização dos serviços a prestar

O presente contrato destina-se a promover a atividade física nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e no quotidiano das Instituições de solidariedade social do concelho de Vila Nova de Cerveira. Assim, o adjudicatário será responsável pela lecionação das AEC's, bem como pelas aulas de atividade física em algumas IPSS's do Concelho. O horário será atribuído tendo em conta as tarefas a desenvolver, sendo muitas vezes alterável de acordo com as necessidades que forem detetadas. As aulas nas IPSS's serão de 45 minutos e terão de se adequar ao público-alvo. As

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRECTO – Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira	

AEC's devem seguir as indicações do Ministério da Educação, bem como as orientações que forem transmitidas pela Direção do Agrupamento.

Cláusula 5.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **240 (duzentos e quarenta) dias**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de garantir o cumprimento dos horários definidos pelo Município de Vila Nova de Cerveira de acordo com o definido no **Anexo A**, ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante, podendo os mesmos sofrer alterações/ajustamentos que o justifiquem e/ou sempre que o Município o entenda;

b) Obrigação de comunicar atempadamente o Chefe de Divisão da DSD (Divisão Sociocultural e Desportiva) da impossibilidade de lecionar determinada(s) aula(s) e/ou de cumprir com os horários definidos pelo Município, caso preveja e/ou verifique um motivo que o legitime, devendo para isso assegurar que a respetiva(s) aula(s) e/ou horário(s) seja(m) realizado(s) noutra dia a combinar com a Instituição e/ou Associação lesada;

c) Obrigação de garantir o cumprimento do estipulado pelo Município de Vila Nova de Cerveira, em tudo o que lhe possa corresponder, tendo em conta o objeto do contrato e o fim a que se destina;

d) Obrigação de garantir a identificação no período de aulas, bem como utilizar equipamento adequado, tendo em conta o objeto do contrato e o fim a que se destina;


e) Obrigação de garantir obediência às regras e sugestões definidas pelo Município de Vila nova de Cerveira que se prendem com o normal e bom funcionamento dos serviços de saúde, tendo em conta a natureza e fim a que esta se destina;

f) Obrigação de garantir a presença em reuniões de coordenação, sempre que solicitadas pelo Município de Vila Nova de Cerveira;

g) Obrigação de garantir a entrega ao Município de Vila Nova de Cerveira do planeamento trimestral e final das aulas e respetivos objetivos das mesmas.

h) Obrigação de garantir os serviços identificados na sua proposta.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRECTO – Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira	

como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª


Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pelo Município de Vila Nova de Cerveira, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Cerveira deve pagar ao prestador de serviços o preço referente ao **número de aulas lecionadas e confirmadas**, não podendo contudo exceder as **250 aulas**.
2. O preço unitário definido por aula é de **€ 10,50 (dez euros e cinquenta cêntimos)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço a que se refere o n.º 1 não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 2.625,00 (dois mil seiscientos e vinte e cinco euros)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço referido na presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRECTO – Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira	

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Cerveira, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de **30 dias** após a receção pelo Município de Vila Nova de Cerveira das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Cerveira, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque.

Cláusula 11.ª


Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 12.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de quaisquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRECTO – Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira	

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços ou, no caso de declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.


2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 60 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRECTO – Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira	

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 15.ª

Caução

Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª

Seguros

1. O adjudicatário obriga-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato apólices de seguros que devem abranger todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar os serviços a prestar objeto do presente contrato, devendo nomeadamente recorrer à cobertura de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- Seguros de acidentes de trabalho.

2. O Município de Vila Nova de Cerveira pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la dentro do prazo indicado.

Cláusula 17.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações


1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRECTO – Prestação de Serviços – Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico/ Atividade Física e Desportiva Ano Letivo 2014/2015 – Miguel Martins Pereira	

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

O presente Caderno de Encargos contém dez folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, 9 de fevereiro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal

João Fernando Brito Nogueira



ANEXO A

Horário	segunda feira	terça feira	quarta feira	quinta feira	sexta feira	sábado	domingo
10:00 - 10:45	Apoio às IPSS's						
11:00 - 11:45							
16:30 - 17:30	Apoio às AEC's						